

FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS
(Acordo Quadro de Combustíveis Rodoviários da Central de Compras da
Comunidade Intermunicipal do Alto Minho)

CADERNO DE ENCARGOS

REF.^a PROCEDIMENTO: PF 197/2015

Índice

Parte I	3
Do contrato	3
Artigo 1.º Objeto.....	3
Artigo 2.º Forma e documentos contratuais	3
Artigo 3.º Duração do contrato.....	4
Artigo 4.º Obrigações do adjudicatário	4
Artigo 5.º Obrigações da entidade adjudicante	5
Artigo 6.º Patentes, licenças e marcas registadas.....	5
Artigo 7.º Alterações ao contrato	5
Artigo 8.º Cessão da posição contratual.....	5
Artigo 9.º Subcontratação.....	5
Artigo 10.º Preço base.....	5
Cláusula 11ª Formação do preço	6
Artigo 12.º Preço e condições de pagamento.....	6
Artigo 13.º Boa-fé.....	6
Artigo 14.º Uso de sinais distintivos.....	6
Parte II.....	7
Especificações técnicas	7
Artigo 15.º Conformidade e operacionalidade dos produtos	7
Artigo 16.º Aceitação dos produtos.....	7
Artigo 17.º Local e prazo.....	7
Parte III.....	8
Disposições finais	8
Artigo 18.º Sanções	8
Artigo 19.º Resolução sancionatória por incumprimento contratual	8
Artigo 20.º Comunicações e notificações	8
Artigo 21.º Cláusula arbitral e foro competente.....	8
Artigo 22.º Direito aplicável	9

Parte I
Do contrato

Artigo 1.º | Objeto

1. O presente caderno de encargos tem por objeto a aquisição de gásóleo rodoviário, ao abrigo do Acordo Quadro de Combustíveis Rodoviários, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho.

2. Quantidades estimadas:

Produto	Quantidades (Litros) – 12 meses
Gasóleo Rodoviário	138.000

3. As quantidades indicadas no número anterior são meramente indicativas, não vinculando a entidade adjudicante à sua efetiva aquisição.

4. O combustível a fornecer deverá cumprir os requisitos técnicos constantes na legislação aplicável em vigor.

5. A receção do produto, bem como montagem de depósito e bomba, será efetuada instalações dos serviços municipais (estaleiro municipal) no Parque Empresarial de Paçô, sito em Veiga – Paçô, Arcos de Valdevez.

Artigo 2.º | Forma e documentos contratuais

1. O contrato será reduzido a escrito nos termos do art.º 4º do caderno de encargos do acordo quadro de combustíveis rodoviários.

2. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:

- a) Os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Além dos documentos indicados no número anterior, faz parte integrante do contrato o caderno de encargos do Acordo Quadro.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.

5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

Artigo 3.º | Duração do contrato

O contrato a celebrar, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, entra em vigor na data da sua assinatura e cessa a sua vigência logo que atingido o primeiro dos seguintes limites:

- a) Pelo prazo de doze meses;
- b) Ou até ao limite do preço contratual.

Artigo 4.º | Obrigações do adjudicatário

1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Constituem ainda obrigações do adjudicatário:

- a) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;
- b) Fornecer os produtos à entidade adjudicante, conforme as características técnicas e requisitos mínimos constantes do caderno de encargos do Acordo Quadro e com as especificações do presente caderno de encargos;
- c) O Adjudicatário obriga-se a proceder a eventuais ajustamentos e ou melhorias que o depósito de combustível, propriedade do município, possa necessitar para efeitos de garantir um correto fornecimento, entre outros, ao nível do cumprimento das normas de segurança aplicáveis;
- d) O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
- e) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o fato que torne total ou parcialmente impossível o fornecimento dos produtos/a prestações dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
- f) Não alterar as condições do fornecimento dos produtos/da prestação dos serviços fora dos casos previstos no caderno de encargos do Acordo Quadro com as especificações do presente caderno de encargos;
- g) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
- h) Comunicar qualquer fato que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- i) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- j) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

Artigo 5.º | Obrigações da entidade adjudicante

Constituem obrigações da entidade adjudicante:

- a) Pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pelo adjudicatário;

Artigo 6.º | Patentes, licenças e marcas registadas

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

Artigo 7.º | Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Artigo 8.º | Cessão da posição contratual

Não é permitida a cessão da posição contratual nos termos do art.º 27º do caderno de encargos do acordo quadro de combustíveis rodoviários.

Artigo 9.º | Subcontratação

1. O contrato tem carácter *intuitu personae*, pelo que o adjudicatário não pode subcontratar, no todo ou em parte, a execução do seu objeto.
2. Excetua-se da proibição do número anterior a subcontratação que seja objeto de autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante.
3. Em caso de subcontratação, o adjudicatário mantém-se plenamente responsável pela prestação dos serviços objeto do contrato.

Artigo 10.º | Preço base

O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar é de **138.000,00 €** (centro e trinta e oito mil euros).

Cláusula 11ª | Formação do preço

1. O desconto a praticar deve ser expresso em euros, com um máximo de quatro décimas.
3. O valor de desconto proposto pelo concorrente incidirá sobre o preço de venda ao público sem IVA.
4. O preço de venda ao público a utilizar como referência no cálculo, será aquele que for indicado pela Direção Geral de Energia e Geologia (<http://www.dgeg.pt/> - Estatísticas e Preços-Preços de Combustíveis), no 1.º dia do prazo para apresentação das propostas.
5. O cálculo do valor contratual será efetuado com base na seguinte fórmula:

$$VCONT = Pvp - D$$

Em que:

VCONT – Preço por litro para venda ao Município de Arcos de Valdevez, expresso em Euros, sem IVA mas incluindo todas as restantes taxas e impostos em vigor

Pvp – Preço de venda ao público por litro, expresso em Euros, sem IVA, mas incluindo todas as restantes taxas e impostos em vigor.

D – Desconto, expresso em Euros por litro,

Artigo 12.º | Preço e condições de pagamento

1. A entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o valor global constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O pagamento das faturas é efetuado no prazo de sessenta dias, a contar da data da sua receção pela entidade adjudicante.
3. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens.
4. Em caso de discordância por parte do Município de Arcos de Valdevez quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão da nova fatura corrigida.

Artigo 13.º | Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Artigo 14.º | Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

Parte II

Especificações técnicas

Artigo 15.º | Conformidade e operacionalidade dos produtos

1. O adjudicatário obriga-se a entregar à entidade adjudicante os produtos objeto do contrato em conformidade com o caderno de encargos do Acordo Quadro com as especificações do presente caderno de encargos.
2. Os produtos objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário ao seu funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de produtos de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos produtos.
4. O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos produtos objeto do contrato que existam no momento em que lhe são entregues.

Artigo 16.º | Aceitação dos produtos

1. A entidade adjudicante emite auto de receção quando não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias em relação às Características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos do Acordo Quadro e com as especificações do presente caderno de encargos, bem como em relação à quantidade adjudicada.
2. A assinatura do auto a que se refere o número anterior não isenta o adjudicatário das obrigações relativas aos produtos entregues, nos termos da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de produtos de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à responsabilidade e obrigações do adjudicatário e do produtor e aos direitos do consumidor.

Artigo 17.º | Local e prazo

1. Os produtos objeto do presente contrato são fornecidos no depósito localizado nas instalações dos serviços municipais (estaleiro municipal) no Parque Empresarial de Paçô, sito em Veiga – Paçô, Arcos de Valdevez, em dias úteis, entre as 08:00 e as 13:00 horas e as 14:30 e as 17:00 horas.
2. Os produtos são entregues no prazo de 48 horas a partir da receção da respetiva solicitação (por email).

Parte III

Disposições finais

Artigo 18.º | Sanções

O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, nos termos do Acordo Quadro.

Artigo 19.º | Resolução sancionatória por incumprimento contratual

1. O incumprimento contratual definitivo confere à entidade adjudicante o direito à resolução do contrato, nos termos do Acordo Quadro.
2. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias, nos termos do artigo anterior.

Artigo 20.º | Comunicações e notificações

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.
2. Em sede de execução contratual, todas as comunicações do adjudicatário dirigidas à entidade adjudicante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

- Entidade: Município de Arcos de Valdevez
- À atenção de: Presidente da Câmara Municipal – Dr. João Manuel do Amaral Esteves
- Morada: Praça Municipal – 4974-003 Arcos de Valdevez
- Fax: 258 520509
- E-mail: geral@cmav.pt

Artigo 21.º | Cláusula arbitral e foro competente

1. Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do contrato que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias será decidido por recurso à arbitragem.
2. A arbitragem será realizada nos termos do art.º 24.º do Caderno de Encargos do Acordo Quadro de Combustíveis Rodoviários.

Artigo 22.º | Direito aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Acordo Quadro e o CCP.

Arcos de Valdevez, 15 de dezembro de 2015

O Presidente da Câmara Municipal,

(Dr. João Manuel do Amaral Esteves)